

Atualizado em Dez/2024

GJMII/NSECO/SACEP



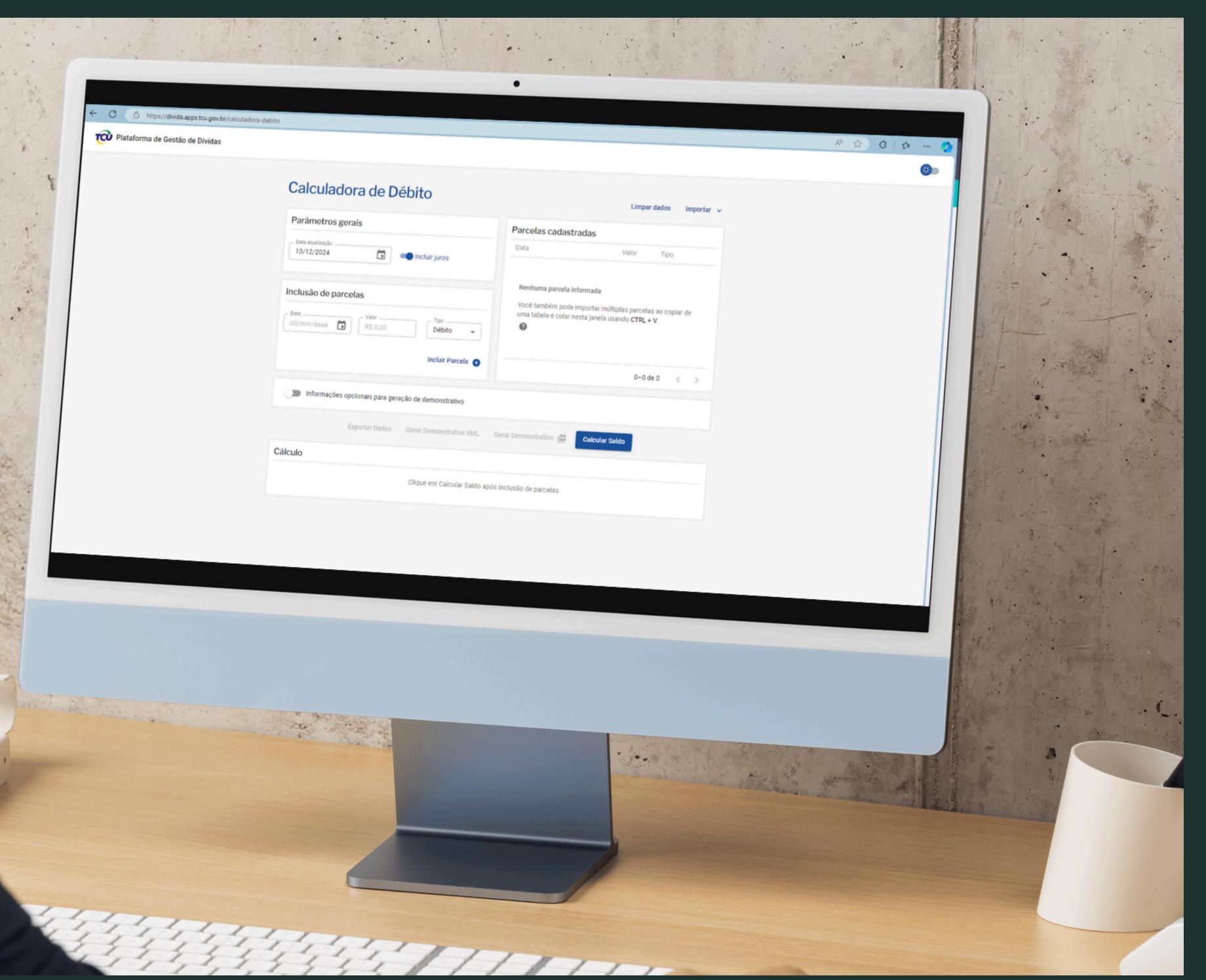
Como calcular os débitos?

O cálculo deve ser realizado no mês correspondente ao pagamento, não sendo possível calculá-la antecipadamente por depender da taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil no primeiro dia útil de cada mês.



E o prazo final para pagamento?

O prazo final para pagamento é o último dia útil de cada mês, sendo que os valores em atraso serão cobrados com base no valor correspondente ao mês do efetivo pagamento



E como realizo os cálculos de forma fácil?

Para realizar os cálculos dos valores a serem recolhidos em favor do Tesouro Nacional ou do Fundo Partidário, a parte ou procurador poderá acessar a Plataforma de Gestão de Dívidas - Calculadora de Débito TCU.

https://divida.apps.tcu.gov.br/calculadora-debito

Preenchimento dos campos

1. Parâmetros gerais: manter a data de atualização e selecionar Incluir juros' Selecionada a opção do campo "Incluir juros", o sistema Débitos Web (TCU) calcula automaticamente a correção monetária (Selic) e os juros de 1% (um por cento) no mês de pagamento (art. 8º da Resolução TSE n. 23.709/2022), a partir do intervalo entre a data informada no campo "Inclusão de parcelas" e "data atualização"(data atual do pagamento).



2. Inclusão de parcelas: Preencher o valor integral que deverá ser atualizado, ou, no caso de pagamento parcelado, colocar o valor que foi determinado para cada parcela. Importante! É exigida a realização de um cálculo para cada tipo de débito, conforme a sua natureza. Ex.: multa judicial eleitoral, aplicação irregular, fonte vedadas, recurso de origem não identificada, recolhimento do FEFC, entre outros. No campo "Tipo" deixar a opção Débito. Clicar em "incluir parcela +". Caso tenha mais de um valor a ser atualizado da mesma natureza da multa e que tenha data inicial de atualização diferente, deve⊠se incluir as parcelas de uma vez para calcular o saldo de forma consolidada

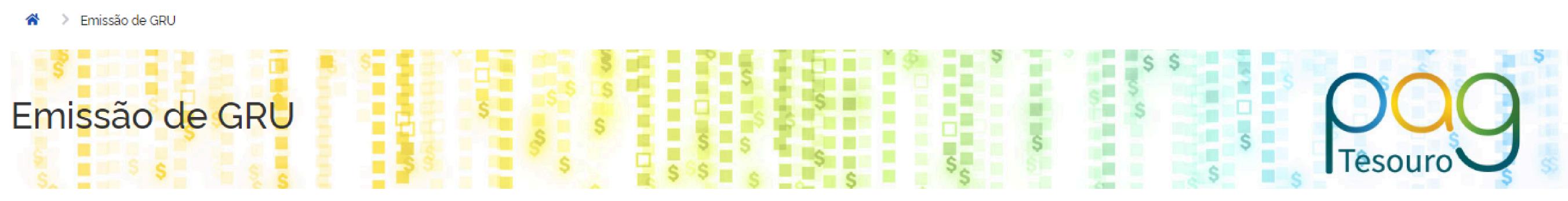
Como emitir a GRU?

Na hipótese de a União ser a credora, o pagamento dos valores será feito, obrigatoriamente, por intermédio da Guia de Recolhimento da União - GRU. Cada sanção ou obrigação pecuniária a ser paga, será identificada com código específico, observando-se individualmente cada tipo de receita e de espécie (art. 9º da Resolução TSE n. 23.709/2022).

Atenção! Débitos eleitorais nos quais já tenha ocorrido, para fins da respectiva cobrança, a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN ou da Advocacia-Geral da União – AGU, NÃO devem ser quitados perante a Justiça Eleitoral.

	GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Código de Recothimento	00000-0
		Número de Referência	
		Competiência	
		Vencimento	
Nome da Unidade Gestora Arrecadadora NOME DA UNIDADE GESTORA		Código da Unidade Gestora Amecadadora	000000
Nome do Contribuinte Fulano de Tal		CPF ou CNPJ do Contribuinte	000.000.000-00
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Gestora Arrecadadora. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE		Valor Principal	0,00
		(-) Descontos/Abetimentos	
		(-) Outras Dedugões	
		(+) Mora/Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.		(+) Juros/Encargos	
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Total	0,00

■ Portal PagTesouro - Guia de Recolhimento da União (GRU)



Para preenchimento dos campos da GRU (ex. Código da Unidade Gestora Arrecadadora, Código de Recolhimento, Número de Referência, se obrigatório, valor a ser pago, etc.), é necessário que o contribuinte entre em contato com o Órgão Público favorecido pelo pagamento (ex. Tribunais, Universidades, Ministérios, entre outros). A Secretaria do Tesouro Nacional não é responsável pelo fornecimento destas informações.

Para acessar as instruções de preenchimento da GRU Simples, clique <u>aqui</u>.

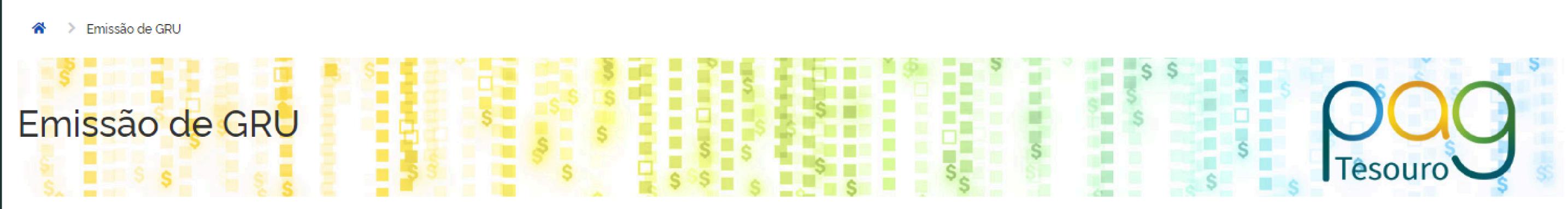
Para acessar as instruções de preenchimento da GRU Judicial, clique <u>aqui</u>.

Unidade Gestora Arrecadadora (Obrigatório)	
Selecione uma Unidade Gestora	~
Código de Recolhimento (Obrigatório)	
🔾 Selecione um código de recolhimento	
	Voltar Limpar Avançar

https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru



Portal PagTesouro - Guia de Recolhimento da União (GRU)

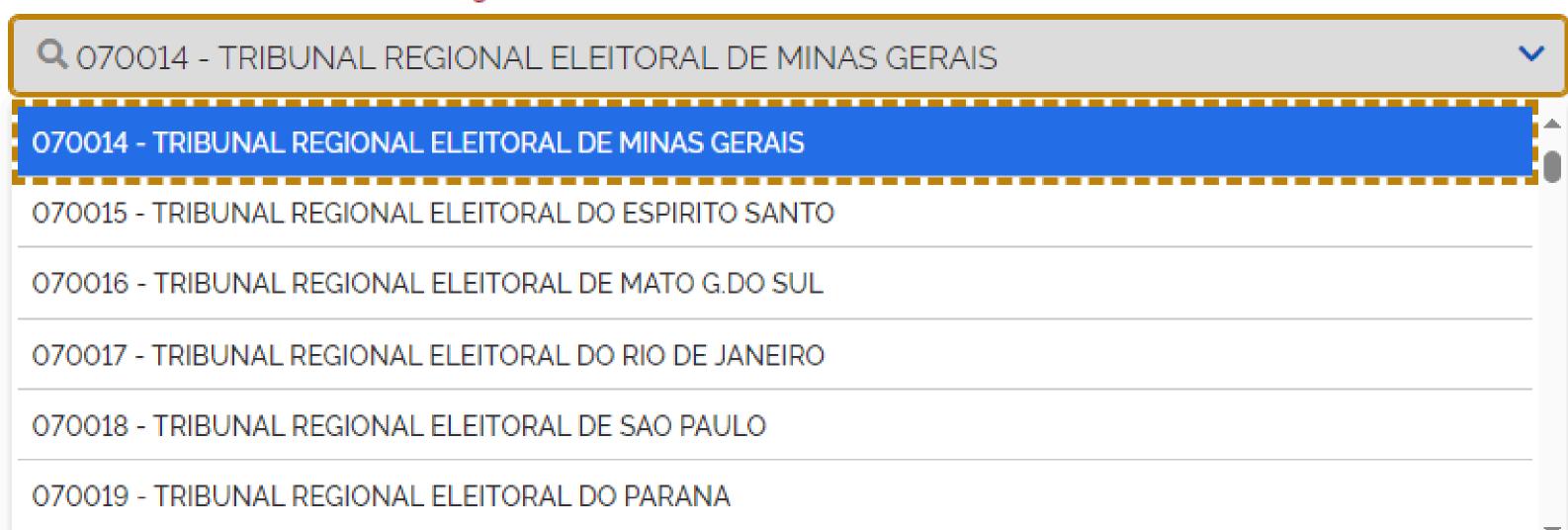


Para preenchimento dos campos da GRU (ex. Código da Unidade Gestora Arrecadadora, Código de Recolhimento, Número de Referência, se obrigatório, valor a ser pago, etc.), é necessário que o contribuinte entre em contato com o Órgão Público favorecido pelo pagamento (ex. Tribunais, Universidades, Ministérios, entre outros). A Secretaria do Tesouro Nacional não é responsável pelo fornecimento destas informações.

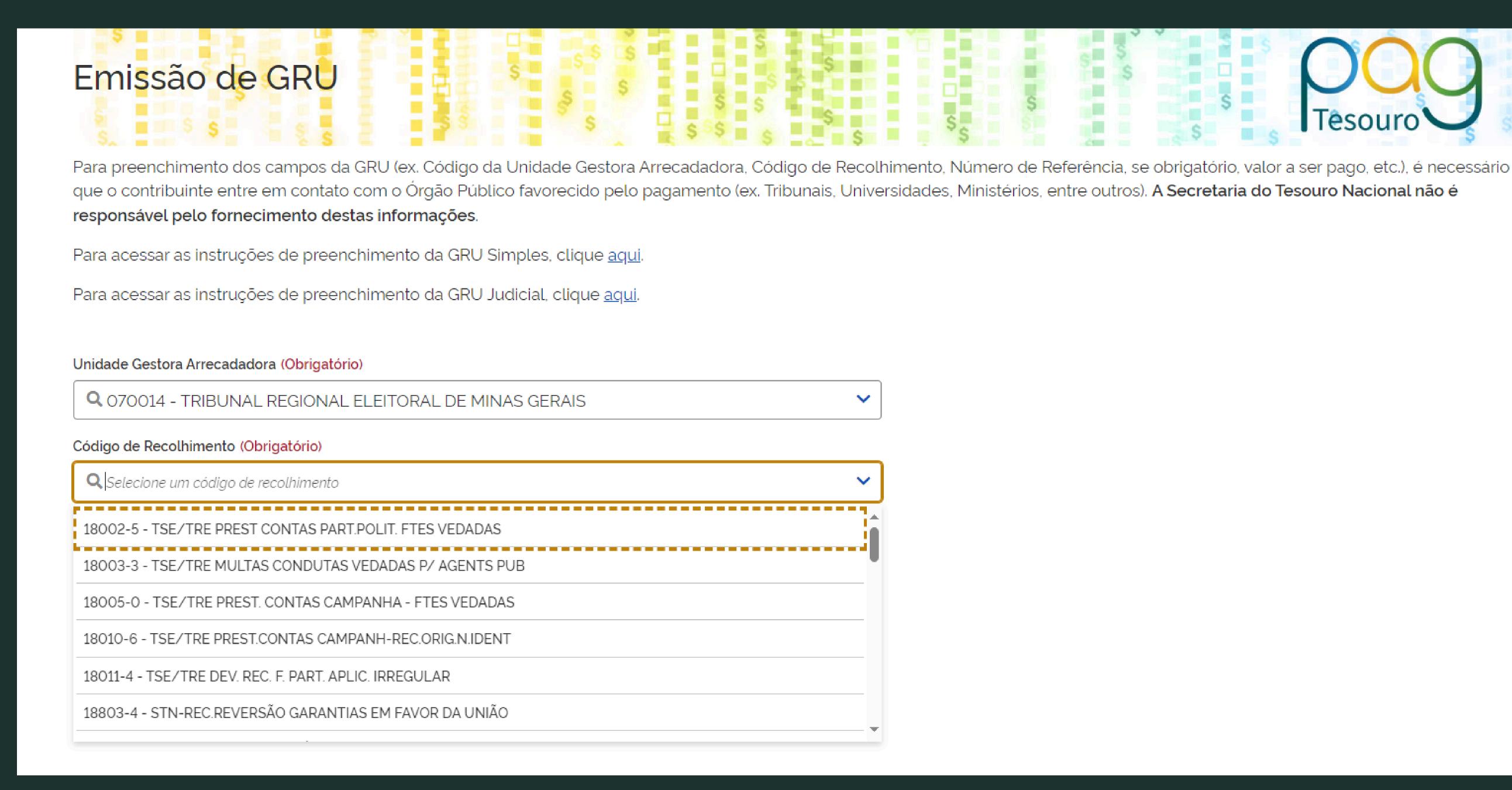
Para acessar as instruções de preenchimento da GRU Simples, clique <u>aqui</u>.

Para acessar as instruções de preenchimento da GRU Judicial, clique aqui.

Unidade Gestora Arrecadadora (Obrigatório)



Digite o nome do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais no campo da Unidade Gestora



Em seguida, informe o código de recolhimento, conforme a natureza do débito e clique em Avançar:

Código de recolhimento GRU* Descrição

18005-0 TSE/TRE PREST. CONTAS CAMPANHA - FTES VEDADAS

18010-6 TSE/TRE PREST.CONTAS CAMPANH – REC. ORIG. N IDENTIF. (RONI)

18011-4** TSE/TRE DEV. REC. F. PART. APLIC. IRREGULAR

18822-0 STN OUTRAS RECEITAS Recolhimento do FEFC (Fundo Esp. de Fin. de Campanha) ou devolução espontânea

18002-5 TSE/TRE PREST CONTAS PART POLIT. FTES VEDADAS

18011-4** TSE/TRE DEV. REC. F. PART. APLIC. IRREGULAR

20006-9 TSE/TRE PREST. CONTAS PART. POLIT. – REC. ORIG. N ID. (RONI)

20001-8 TSE/TRE MULTAS CODIGO ELEITORAL/LEIS CONEXAS

- * Os códigos de recolhimento constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)
- ** Código usado para recolhimento ao erário (Secretaria do Tesouro Nacional) referente à aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário, inclusive a multa de que trata o art. 37 da Lei n. 9.096/1995 (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

Tesouro

 Será apresentada outra tela com os dados informados anteriormente, além de outros campos a serem preenchidos.



 Preencha o restante dos campos. Note que nem todos os campos são de preenchimento obrigatório.

Atenção:

- 1. Preencha o Número de Referência com o número do processo, informando apenas os dígitos sem traços e pontos.
- 2. Preencher competência, no formato "mm/aaaa".
- 3. Multas Eleitorais: mm/aaaa = do trânsito em julgado.
- 4. Prestação de contas anual ou eleitoral: mm = 12 e aaaa = exercício financeiro nas prestações de contas anual ou da eleição nas prestações de contas de campanha. Ex.: contas anuais de partido político prestadas em 2019, relativas ao exercício 2018 = 12/2018. Prestação de contas de campanha de 2016 = 12/2016.
- 5. Preencher Vencimento no formato "dd/mm/aaaa".
- 6. Preencher CNPJ ou CPF do Contribuinte e Nome do Contribuinte/Recolhedor.
- 7. Informar valores.
- 8. Clicar em Emitir GRU.